



 **ABRELIVROS**

Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares

Alfabetização e Letramento

Como os livros didáticos
ilustram a trajetória
da alfabetização no Brasil

A primeira cartilha considerada genuinamente brasileira, editada com o propósito de alfabetizar, data de 1867. Produzida no Recife e impressa na França sob o título *Cartas Systematicas para Aprender a Ler*, o material foi organizado por João José Rodrigues – professor público de instrução primária no Recife – e aprovado pelo Conselho Diretor de Instrução Pública da Província de Pernambuco para uso em escolas primárias. Composta por 21 lições, a cartilha apresenta primeiro o alfabeto, em letras maiúsculas e minúsculas, para depois propor exercícios silábicos e, por fim, a formação de palavras. A última lição, tida como a mais difícil, traz “provérbios e pensamentos morais” para leitura.

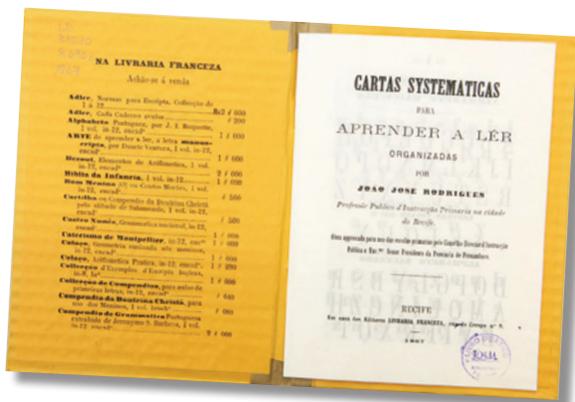
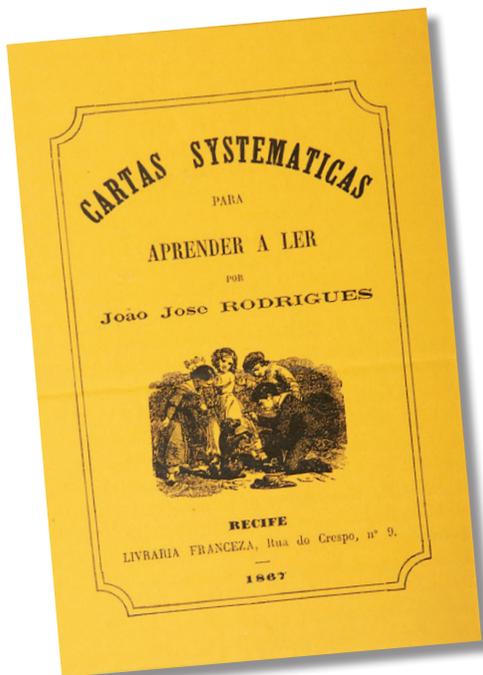




Cartas Systematicas para Aprender a Ler

imprime a preocupação do Brasil do século XIX em criar uma política nacional para a produção didática. Em 1852 um levantamento no Norte e Nordeste realizado por Antônio Gonçalves Dias, intelectual, à época encarregado pelo governo brasileiro como “visitador escolar”, já sinalizara a necessidade de o país alfabetizar com planejamento e de forma apropriada à realidade e cultura nacionais. “O relato de Gonçalves Dias alertava para a falta de um material didático que oferecesse apoio e método aos professores nas escolas. Sem nenhuma diretriz, eles ensinavam a ler e a escrever fazendo uso, entre outros recursos, de cartas, redigidas quase sempre por mães e donas de casa que, trazidas às escolas pelos alunos ganhavam status de material pedagógico”, conta Circe Bittencourt, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e responsável pelo LIVRES, banco de dados com informações sobre o livro escolar no Brasil entre 1810 e 2007. Segundo Circe, a política de nacionalização do material didático queria acompanhar a alfabetização no país e vinha de encontro às cartilhas de Portugal que traziam palavras estranhas ao vocabulário nacional e quase sempre embutiam ensinamentos religiosos e de condutas morais. “Nas cartilhas portuguesas o próprio processo de aprend

Fotos: Eduardo Pestana



Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNLD 2013

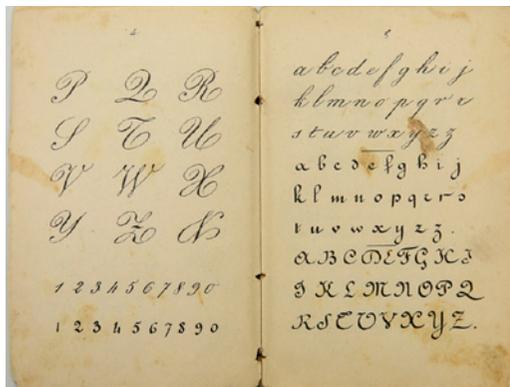
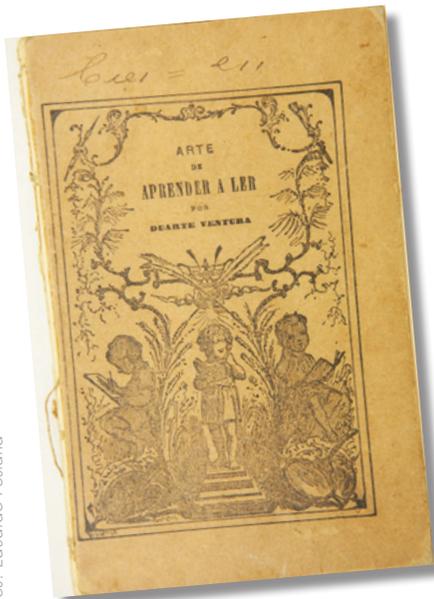


der o alfabeto vinha relacionado com o ensino da religião”, diz Circe. O original do exemplar de *Cartas Systematicas para Aprender a Ler*, uma reliquia, está na Biblioteca Nacional da França. Mas há edição para consulta no acervo de livros didáticos da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP, do qual faz parte a maioria dos livros que ilustram este texto.

Um exemplo de cartilha portuguesa utilizada no Brasil no século XIX é ***Arte de Aprender a Ler***, de Duarte Ventura, que se propunha a alfabetizar em “breve tempo” por meio de 10 lições progressivas.

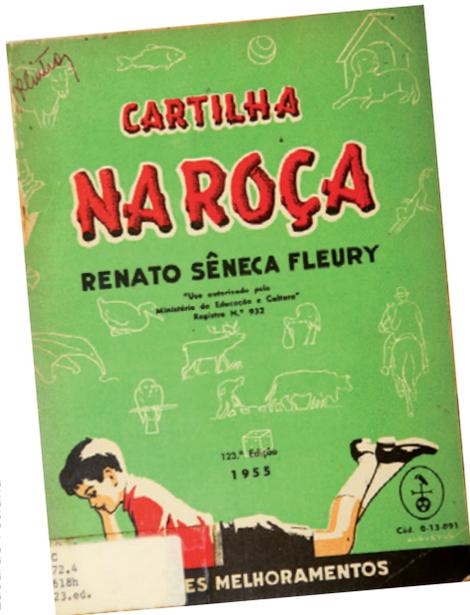
A pressa em alfabetizar pode ser vista também em cartilhas nacionais. À medida que um número cada vez maior de crianças ingressava nos grupos escolares, os materiais precisavam também atender a esta demanda. De maneira geral, os métodos priorizavam o domínio do código da escrita, com base em frases soltas, muitas vezes sem mensagem ou significado, criadas especialmente para esse trabalho, com rígido controle léxico e morfosintático, para reforçar a compreensão sonora e gráfica de uma palavra específica. Os exercícios dividiam o aprendizado em fases: primeiro as letras e fonemas, depois as sílabas, depois as palavras e, por fim, as orações. O caminho inverso também podia aparecer, mas sempre em função do aprendizado da escrita. As cartilhas funcionavam como uma espécie de pré-requisito, uma condição para o mundo da literatura e da interpretação do que se lê.

Fotos: Eduardo Pestana



Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNLD 2013





Fotos: Eduardo Pestana

Abaixo, reproduzimos trecho da “carta aos professores” da cartilha *Na Roça*, de Renato Sêneca Fleury, que em 1955 já estava em sua 123ª edição. Sua primeira edição é de 1935.

“Destina-se esta cartilha ao ensino da leitura, visando abreviar o aprendizado, sem exigir grande esforço da criança. Graças à conjugação da análise e da síntese, por um processo misto, chegamos a um sistema que oferece mais vantagens ao proporcionar um método rápido e seguro. Cada lição, partindo de sentenças e atingindo, pela análise, uma letra predominante, apoia-se principalmente nas sílabas”.

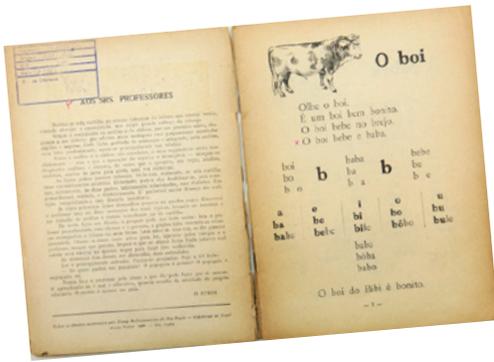
A cartilha ***Na Roça*** serve também para ilustrar a preocupação em regionalizar a alfabetização, trazendo nos exercícios palavras e cenários capazes de responder à diversidade cultural do Brasil e de serem reconhecidos pelos alunos. “A frase ‘vovô viu a uva’, por exemplo, se fazia sentido no Sul, não o fazia no Nordeste, onde não havia cultivo de uva”, explica Circe. A adoção de elementos do nosso folclore nas lições também contribuiu para distanciar ainda mais o livro nacional de alfabetização do material que era produzido em Portugal.

O uso progressivo de imagens e a diversificação da temática para alfabetizar são recursos que mostram a evolução da produção didática brasileira. Eles vieram na esteira do “método intuitivo” que partia da premissa de que o conhecimento não se dava apenas a partir da palavra escrita; ele poderia vir também da observação do coti-



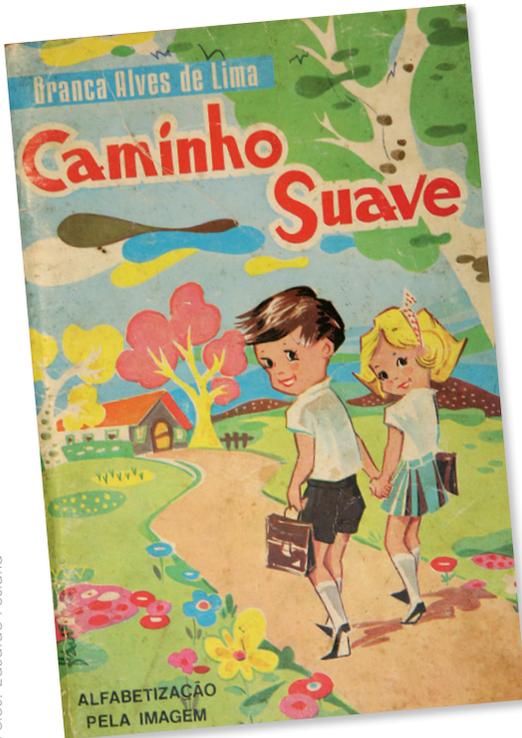
Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNL 2013



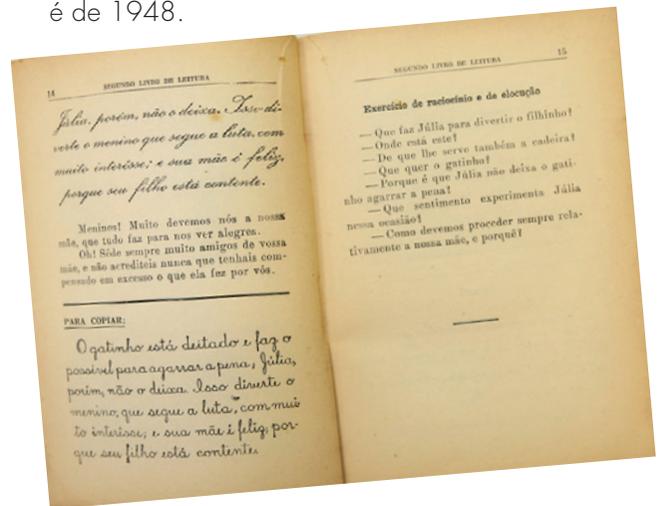


diano e da natureza. Era o ensino pela “lição de coisas”. Nesse aspecto, destacam-se as obras do autor Felisberto de Carvalho, *Primeiro Livro de Leitura* e *Segundo Livro de Leitura*, sucesso editorial comercializado em todo o país do final do século XIX até meados de 1960. “Desde a capa já podemos ver figuras sobre fenômenos naturais, como a erupção vulcânica, sobre agricultura, fauna e flora”, exemplifica Circe.

As cartilhas estiveram muito presentes nas salas de aula do Brasil até meados de 1980, com métodos sintéticos ou analíticos, mas sempre com o foco no domínio do sistema alfabético e ortográfico. Um dos clássicos é a *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima, que na capa traz os dizeres: “alfabetização pela imagem”. Muitos brasileiros que hoje têm entre 35 e 45 anos se lembram com carinho dessa cartilha que, em 2011, teve sua 131ª edição publicada. Sua primeira edição é de 1948.



Fotos: Eduardo Pestana



Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNLD 2013



O PNLD e a transformação nas concepções e materiais de alfabetização

Como bem coloca a Prof^a. Maria do Rosário Longo Mortatti, professora titular da Universidade Paulista (Unesp-Marília), livre-docente em Metodologia da Alfabetização pela Unesp, mestre e doutora em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp), a história da alfabetização no Brasil foi sempre marcada por uma disputa dos métodos, ou seja, uma disputa sobre a forma mais adequada para o ensino e aprendizagem da leitura e escrita.

A década de 1980 marca o início das discussões sobre um propósito mais amplo da alfabetização. É a partir deste período que especialistas em educação começam a demonstrar que alfabetizar é muito mais do que ensinar a codificar e a decodificar a língua escrita. No Brasil, introduz-se o pensamento construtivista sobre alfabetização, muito associado às ideias da psicopedagoga Emília Ferreiro e colaboradores, autora, com Ana Teberoski, da obra “Psicogênese da Língua Escrita”, que colocou em xeque os métodos tradicionais de ensino da leitura e da escrita.

De acordo com Ceris Salete Ribas da Silva, pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Uni-

versidade Federal de Minas Gerais – CEALE/FAE/UFMG, “passa-se a conceber que a criança aprende interagindo com material ‘para ler’, não com material artificialmente produzido para ‘aprender a ler’; os chamados pré-requisitos para a aprendizagem da escrita, que caracterizariam a criança ‘pronta’ ou ‘madura’ para ser alfabetizada, pressuposto dos métodos ‘tradicionais’ de alfabetização, são negados por uma visão interacionista, que rejeita uma ordem hierárquica de habilidades, afirmando que a aprendizagem se dá por uma progressiva construção do conhecimento, na relação da criança com o objeto ‘língua escrita’”.

As próprias autoridades educacionais acabaram reforçando esta tendência construtivista através dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das avaliações dos livros inscritos no PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – do Ministério da Educação (MEC), que distribui livros didáticos gratuitos aos alunos das escolas públicas de educação básica.

Em 1996 iniciou-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1^o a 4^o série. Os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos, procedimento que foi sendo aperfeiçoado e aplicado até hoje.

Segundo o artigo Resultados do Programa Nacional de Avaliação de Livros Didáticos de Alfa-

Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNLD 2013



betização no Brasil, da professora Ceris Salete, o impacto do construtivismo sobre a produção de livros didáticos foi, de forma geral, significativo principalmente nas avaliações do MEC de 1998, 2000 e 2004, quando parte considerável das obras inscritas no PNLD procurou associar o seu nome e/ou a sua proposta aos pressupostos interacionistas da aprendizagem.

Cabe ressaltar que o processo de avaliação dos livros didáticos do PNLD e o esforço contínuo das editoras resultaram em significativos aprimoramentos das obras produzidas. Entre as melhorias podemos destacar uma maior qualificação das propostas pedagógicas; um maior cuidado com o projeto gráfico-editorial; e a adequação das propostas de ensino voltadas para a formação cidadã do aluno, e não apenas ao domínio do código da escrita.

Aspectos como a correção e revisão da impressão, funcionalidade da diagramação, equilíbrio na distribuição das imagens e textos nas páginas, e a utilização de linguagens diversas são elementos que também passaram a se destacar na produção dos livros.

Ainda segundo Ceris, a partir de 2008, essa relação com o construtivismo relativiza-se significativamente e verifica-se o movimento de adequação das obras mais ao processo de letramento, ou seja, ao desenvolvimento da capacidade e competência leitoras, considerando o texto como produto cultural específico.

Nessa perspectiva, alfabetização e letramento estão fortemente integrados. A escola passa a ter o desafio de propiciar um ambiente letrado aos estudantes, e o trabalho do professor se torna muito mais complexo. Os livros para alfabetizar constituem um recurso ainda mais necessário à organização e facilitação do exercício do professor e uma referência para o aluno e sua família. Os livros começam a considerar a contextualização do código alfabético e da compreensão do texto, o que vai além da mera decodificação presente nas antigas cartilhas. Por conta disso, as atividades propostas são mais reflexivas não somente no aspecto fonológico, mas principalmente no desenvolvimento de habilidades leitoras.

Embora ainda haja no mercado livros com a metodologia própria das cartilhas, a necessidade de contextualizar a escrita e a leitura foi ofuscando as frases soltas, sem significado, construídas artificialmente, para dar lugar a práticas reais de leitura e escrita. Os livros começaram a explorar os diferentes gêneros e tipologias textuais, como contos, quadrinhas, poemas, bilhetes, cantigas, etc., mais próximos do universo das crianças. A diferença entre a linguagem oral – muito valorizada na cultura audiovisual e nas relações do cotidiano – e a escrita também passa a ser considerada no processo do letramento. “Começa a haver uma relação entre conteúdo e método”, diz Circe.

Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNLD 2013

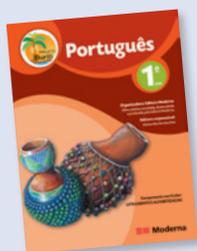




Foto: Eduardo Pestana

Do lado do professor, o desafio de articular a experiência do aluno à compreensão do texto e à grafia correta da palavra encontra eco no “livro ou manual do professor”, um recurso que serve para apoiar o professor em classe, auxiliá-lo em procedimentos pontuais nas diferentes situações em sala de aula, oferecer-lhe sugestões de uso de materiais complementares, de meios diagnósticos e fundamentações teóricas.

“Mas vale ressaltar que o livro sempre foi feito para o professor. Foi a partir da universalização do ensino que surgiu a necessidade de o aluno ter um

livro dele, diferente, para levar para casa”, pontua Circe. “O livro sempre foi fundamental para o trabalho do professor e o é ainda mais hoje. Ele ajuda o docente a preparar a aula”, completa.

Atualmente, uma das principais discussões em torno da alfabetização e do letramento diz respeito a como equilibrar o domínio do código da escrita – que caracterizou a alfabetização nos tempos da cartilha – com o desenvolvimento da competência leitora, que pauta o letramento.

Abaixo transcrevemos um trecho do artigo Alfabetização e Letramento: Caminhos e Descaminhos, de Magda Soares⁽¹⁾, que coloca com propriedade esse desafio da educação brasileira:

“[...] os dois processos – alfabetização e letramento – são, no estado atual do conhecimento sobre a aprendizagem inicial da língua escrita, indissociáveis, simultâneos e interdependentes: a criança alfabetiza-se, isto é, constrói seu conhecimento do sistema alfabético e ortográfico da língua escrita, em situações de letramento, ou seja, no contexto de, e por meio de interação com material escrito real, e não artificialmente construído, e de sua participação em práticas sociais de leitura e de escrita; por outro lado, a criança desenvolve habilidades e comportamentos de uso competente da língua escrita nas práticas sociais que a envolvem no contexto do, por meio do e em dependência do processo de aquisição do sistema alfabético e ortográfico da escrita”.

⁽¹⁾ SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: Caminhos e Descaminhos (Revista Pátio n.29 fev/abr 2004).

Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNLD 2013



Acompanhe abaixo os quatro principais momentos do movimento histórico da alfabetização no Brasil, segundo Maria do Rosário Longo Mortatti, professora Titular da Unesp-Marília, Livre-docente em Metodologia da Alfabetização pela Unesp, mestre e doutora em Educação pela Unicamp. Presidente da Sociedade Brasileira de Alfabetização.

1º momento até 1890

A metodização do ensino da leitura

A instrução pública carecia de organização e o material didático era precário. A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil passa a utilizar material didático, para leitura, produzido na Europa.

As primeiras cartilhas brasileiras foram produzidas no final do século XIX, sobretudo por professores fluminenses e paulistas, a partir de sua experiência didática, com base em métodos de marcha sintética (de soletração, fônico e de silabação).



2º momento a partir de 1890

A institucionalização do método analítico

As cartilhas produzidas no início do século XX passaram a se basear programaticamente no método de marcha analítica (processos da palavração e sentencição).

Nesse segundo momento, que se estende até aproximadamente meados dos anos de 1920, a ênfase da discussão sobre métodos continua incidindo sobre o ensino inicial da leitura, já que o ensino inicial da escrita era entendido como uma questão de caligrafia (vertical ou horizontal) e de tipo de letra a

ser usada (manuscrita ou de imprensa, maiúscula ou minúscula), o que demandava especialmente treino, mediante exercícios de cópia e ditado. É também ao longo desse momento, já no final da década de 1910, que o termo "alfabetização" começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita.



3º momento a partir da década de 1920

A alfabetização sob medida

As cartilhas passam a se basear predominantemente em métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético e vice-versa) e começam a se produzir os manuais do professor.

Nesse 3º momento, que se estende até aproximadamente o final da década de 1970, instituiu-se uma nova tradição no ensino da leitura e da escrita: a “alfabetização sob medida”, que subordina o ensino à maturidade da criança a quem se ensina. As questões de ordem didática, portanto, encontram-se subordinadas às de ordem psicológica.



Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNLD 2013



4º momento a partir da década de 1980

Alfabetização: construtivismo e desmetodização

A partir do início da década de 1980, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emília Ferreiro e colaboradores. Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança, o construtivismo se apresenta como uma “revolução conceitual”, questionando as teorias e práticas tradicionais e a necessidade das cartilhas.

A apropriação do construtivismo foi incorporando certos aspectos da interpretação do pensamento centrado no interacionismo linguístico, de acordo com o qual o texto é a unidade de sentido da língua e deve ser tomado como objeto de ensino da leitura e da escrita. Surgem também “novas” propostas de alfabetização baseadas em antigos métodos, como os de marcha sintética, e discussões e propostas em torno do letramento escolar.

Fonte das informações do box

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização** (São Paulo – 1876-1994). São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Fotos do acervo do GPHELLB - Grupo de Pesquisa **História do ensino de língua e literatura no Brasil**.

Coordenação geral **Beatriz Grellet** ■ Pesquisa, redação e edição **Vanessa Costa** - Textual Comunicação ■ Projeto gráfico e diagramação **Grevy Conti Comunicação + Design**

Coleções de Alfabetização e Letramento das associadas da Abrelivros aprovadas no PNLD 2013

